

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	9
DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	22
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	63.001.003
Preferenciais	0
Total	63.001.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	323.749	283.316	130.034
1.01	Ativo Circulante	66.641	72.501	2.880
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.051	70.218	2.559
1.01.03	Contas a Receber	4.794	1.687	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.794	1.687	0
1.01.04	Estoques	62	91	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	291	173	157
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	291	173	157
1.01.07	Despesas Antecipadas	238	226	164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.205	106	0
1.01.08.03	Outros	1.205	106	0
1.02	Ativo Não Circulante	257.108	210.815	127.154
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	922	2.054	163
1.02.01.06	Tributos Diferidos	897	2.054	163
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.529	1.633	1.384
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.529	1.633	1.384
1.02.04	Intangível	233.633	183.569	100.253
1.02.04.01	Intangíveis	233.633	183.569	100.253
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	233.633	183.569	100.253
1.02.05	Diferido	21.024	23.559	25.354

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	323.749	283.316	130.034
2.01	Passivo Circulante	182.792	23.475	26.084
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.747	1.550	782
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.747	1.550	782
2.01.02	Fornecedores	10.419	7.091	15.166
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.419	7.091	15.166
2.01.02.01.01	Fornecedores	7.577	3.742	13.491
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	2.842	3.349	1.675
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.841	1.502	1.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.827	833	877
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	657	0	0
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.170	833	877
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.014	669	794
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	138.844	1.885	182
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	138.844	1.885	182
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	138.844	1.885	182
2.01.05	Outras Obrigações	21.807	11.445	8.207
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.593	10.535	7.545
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3.422	2.611	6.431
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	14.171	7.924	1.114
2.01.05.02	Outros	4.214	910	662
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.472	0	0
2.01.05.02.04	Taxa de fiscalização	253	242	222
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.489	668	440
2.01.06	Provisões	7.134	2	76
2.01.06.02	Outras Provisões	7.134	2	76
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	28	0	0
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	7.106	2	76

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02	Passivo Não Circulante	70.019	200.903	73.264
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.263	129.116	2.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.263	129.116	2.100
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.263	129.116	2.100
2.02.02	Outras Obrigações	60.000	60.000	61.284
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.000	60.000	61.284
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	60.000	60.000	61.284
2.02.04	Provisões	8.756	11.787	9.880
2.02.04.02	Outras Provisões	8.756	11.787	9.880
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	4.973	1.416	0
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	3.783	10.371	9.880
2.03	Patrimônio Líquido	70.938	58.938	30.686
2.03.01	Capital Social Realizado	63.001	63.001	31.001
2.03.04	Reservas de Lucros	7.937	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	520	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.417	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-4.063	-315

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	156.612	146.240	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.882	-130.204	0
3.03	Resultado Bruto	47.730	16.036	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.083	-8.837	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.088	-8.847	0
3.04.02.01	Despesas administrativas	-8.555	-8.364	0
3.04.02.02	Remuneração da administração	-533	-483	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	10	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.647	7.199	0
3.06	Resultado Financeiro	-15.366	-12.838	0
3.06.01	Receitas Financeiras	6.247	1.153	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.613	-13.991	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.281	-5.639	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.809	1.891	0
3.08.01	Corrente	-8.224	0	0
3.08.02	Diferido	-585	1.891	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.472	-3.748	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.472	-3.748	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,23	-0,06	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,23	-0,06	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.682	12.585	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	45.587	6.782	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14.472	-3.748	0
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.690	4.521	0
6.01.01.03	Provisão para manutenção em rodovias	3.413	1.376	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.157	-1.891	0
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas de receitas	17.164	5.991	0
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	691	533	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.905	5.803	0
6.01.02.01	Contas a receber	-3.106	-1.687	0
6.01.02.02	Estoques	29	-91	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-12	-239	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-118	-16	0
6.01.02.05	Outros ativos	-1.124	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	-1.060	4.000	0
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	1.825	2.990	0
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	197	768	0
6.01.02.09	Obrigações fiscais	1.339	-169	0
6.01.02.10	Outros passivos	832	247	0
6.01.02.11	Juros pagos	-11.707	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.735	-98.521	0
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-177	-1.018	0
6.02.02	Adições ao intangível	-51.558	-97.503	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.886	153.595	0
6.03.01	Captações	9.548	222.717	0
6.03.02	Pagamentos	-662	-101.122	0
6.03.03	Aumento de capital	0	32.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.167	67.659	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	70.218	2.559	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.051	70.218	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.472	0	-2.472
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.472	0	-2.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.472	0	14.472
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.472	0	14.472
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.937	-7.937	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	520	-520	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	7.417	-7.417	0	0
5.07	Saldos Finais	63.001	0	7.937	0	0	70.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.001	0	0	-315	0	30.686
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.001	0	0	-315	0	30.686
5.04	Transações de Capital com os Sócios	32.000	0	0	0	0	32.000
5.04.01	Aumentos de Capital	32.000	0	0	0	0	32.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.748	0	-3.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.902	0	-3.902
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	154	0	154
5.05.03.02	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	154	0	154
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.001	0	0	-4.063	0	58.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-315	0	-315
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-315	0	-315
5.05.03.02	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	-315	0	-315
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.001	0	0	-315	0	30.686

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	167.731	152.754	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	112.701	67.703	0
7.01.02	Outras Receitas	55.030	85.051	0
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	54.839	84.870	0
7.01.02.02	Receitas acessórias	191	181	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.439	-124.530	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.032	-33.670	0
7.02.04	Outros	-62.407	-90.860	0
7.02.04.01	Custo da concessão	-4.155	-4.614	0
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-3.413	-1.376	0
7.02.04.03	Custo dos serviços de construção	-54.839	-84.870	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.292	28.224	0
7.04	Retenções	-8.690	-4.521	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.690	-4.521	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.602	23.703	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.599	3.586	0
7.06.02	Receitas Financeiras	6.247	1.153	0
7.06.03	Outros	1.352	2.433	0
7.06.03.01	Juros capitalizados	1.347	2.423	0
7.06.03.02	Outros itens	5	10	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.201	27.289	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	68.201	27.289	0
7.08.01	Pessoal	10.464	9.186	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.145	7.125	0
7.08.01.02	Benefícios	1.782	1.653	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	537	408	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.403	5.437	0
7.08.02.01	Federais	14.841	2.042	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.08.02.03	Municipais	5.562	3.395	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.609	9.809	0
7.08.03.01	Juros	10.920	2.423	0
7.08.03.03	Outras	4.689	7.386	0
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	3.865	6.510	0
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados	824	876	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.472	-3.748	0
7.08.04.02	Dividendos	2.472	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.000	-3.748	0
7.08.05	Outros	7.253	6.605	0
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	6.730	5.058	0
7.08.05.02	Juros Capitalizados	523	1.547	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Fluminense S.A. foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ que atravessa o Estado do Rio de Janeiro, da divisa com o Estado do Espírito Santo até a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 300 meses (25 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem uma extensão de 320,1 km, passando pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Dos quais, 261,1 quilômetros são em pista simples e 58,9 quilômetros em pista dupla. A rodovia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Além disso, permite o acesso a um importante pólo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo e outras.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Autopista Fluminense opera cinco praças de pedágio, sendo 4 bi-direcionais (dois sentidos) e 1 unidirecional (1 sentido – Pista Sul), localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão e reajustadas todo mês de fevereiro de acordo com o índice IPCA acumulado de 12 meses até o mês de janeiro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2010 os valores das tarifas básicas praticadas nas praças de pedágio eram:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Localização	Tarifa (R\$)
- Km 040+540 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	2,60
- Km 123+000 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Serrinha)	2,60
- Km 192+500 - BR 101 – Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	2,60
- Km 252+560 - BR 101 – Entre Rio Bonito e Silva Jardim	2,60
- Km 299+200 - BR 101 – São Gonçalo (Apolo III)	2,60

CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autopista Fluminense é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que afeta diretamente os reajustes das tarifas de pedágio, o ano de 2010 acumulou alta de 5,9% frente ao aumento de 4,3% verificado em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) cresceu 11,3% em 2010 frente a uma deflação de 1,7% registrada em 2009.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**Tráfego**

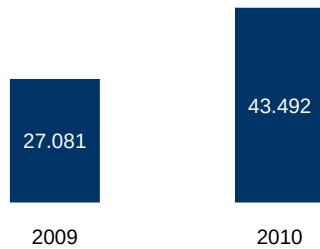
A Autopista Fluminense registrou um aumento do tráfego pedagiado de 60,6%, passando de 27,1 milhões em 2009 para 43,5 milhões em 2010, devido principalmente à abertura gradual das cinco praças de pedágio ao longo do ano de 2009 (P01, P02 e P05 em fevereiro e P03 e P04 em maio e agosto respectivamente), aliado ao crescimento da atividade econômica nacional e na região onde a rodovia esta inserida. O PIB em 2010 cresceu 7,5%, e o crescimento do setor industrial foi de 10,5%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

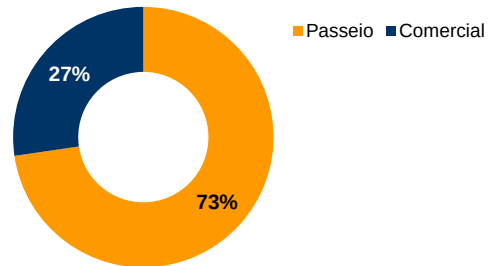


Do total de veículos equivalentes pedagiados, 73% corresponderam a veículos de passeio e 27% a veículos comerciais.

Tráfego Pedagiado (Milhares de Veículos Equivalentes)



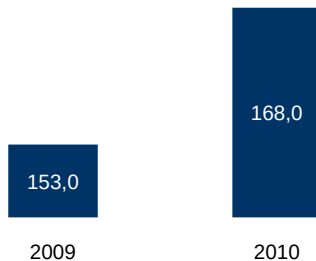
Composição do Tráfego – 2010



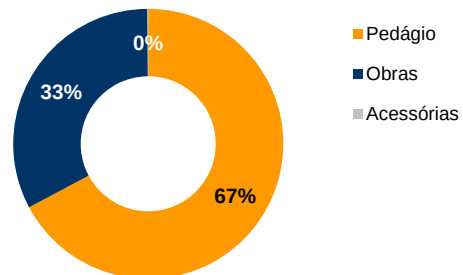
Receita

A Receita Bruta da Autopista Fluminense encerrou o exercício de 2010 em R\$ 168 milhões, composta por 67% de Receitas de Pedágio e 33% por Receitas de Obras, representando um acréscimo de 9,8% em relação a 2009.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta (%) – 2010



As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente a margem EBITDA; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obras, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

A Autopista Fluminense reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 55 milhões em 2010, apresentando uma redução de R\$ 30 milhões em comparação a 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As Receitas de Pedágio cresceram 66,5% (R\$ 112,7 milhões x R\$ 67,7 milhões), reflexo do aumento do fluxo de veículos pedagiados, uma vez que todas as cinco praças de pedágio operaram durante o ano de 2010, o que não ocorreu em 2009, ano de término de construção, no qual as praças começaram a operar conforme a conclusão das obras (P1, P2 e P5 em Fev09; P3 em Mai09; e P4 em Ago09), além do reajuste da tarifa de pedágio, que aumentou 4%, passando de R\$ 2,50 para R\$ 2,60, a partir do dia 02 de fevereiro de 2010.

Em 2010, foi registrada uma Receita Líquida de R\$ 157 milhões, frente a R\$ 146 milhões em 2009, representando uma variação de 7,2%, principalmente pela variação de 66,5% na Receita Líquida de Pedágio, que aumentou de R\$ 61 milhões em 2009 para R\$ 102 milhões em 2010, justificada pela abertura gradual das cinco praças de pedágio durante o ano de 2009 e reajuste de tarifa, conforme explicado no item anterior.

Custos e Despesas (excluindo depreciações e amortizações)

(R\$ milhares)

	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(45.354)	(40.812)	11,1%
Custo dos serviços de construção	(54.839)	(84.870)	-35,4%
Despesas administrativas	(8.555)	(8.364)	2,3%
Remuneração da administração	(533)	(483)	10,4%
Outras receitas operacionais líquidas	5	191	-97,4%
Custo e despesas	(109.276)	(134.338)	-18,7%

Os Custos e Despesas (Excluindo Depreciações e Amortizações) diminuíram 18,7% em 2010 em comparação ao exercício de 2009.

Esta redução de R\$ 25,1 milhões se deve principalmente aos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 4,5 milhões devido à provisão para Manutenção de Rodovias (R\$ 3,4 milhões), reajustes contratuais dos principais contratos de prestadores de serviços, reajuste salarial decorrente de dissídio trabalhista da categoria e maior custo com a operação das Praças de Pedágio que operaram durante todo o ano de 2010, e em 2009 as Praças iniciaram a operação gradativamente (P1, P2 e P5 em fev09; P3 em mai09; e P4 em ago09).
- (ii) Redução de R\$ 30,0 milhões em Custo dos Serviços de Construção, em virtude da redução do nível de execução de investimentos em intangível na Concessão. (Ver também Receita de Obras).
- (iii) Aumento de R\$ 0,5 milhões nos demais custos e despesas devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), bem como aumento de tarifas de serviços públicos e reajustes de contratos administrativos.

Cabe destacar que com as novas normas de contabilidade (ICPC-01), a Autopista Fluminense passou a provisionar os custos com manutenção e conservação que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo os mesmos no resultado atual, ajustados a valor presente. O custo dos serviços de construção, também registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

(R\$ milhares)

	2010	2009	Var.
Receita líquida	156.612	146.059	7,2%
(-) Custos e despesas	(109.276)	(134.338)	-18,7%
EBITDA	47.336	11.721	303,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.413	1.376	148,0%
EBITDA Ajustado	50.749	13.097	287,5%

Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Obs.: O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Autopista Fluminense entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA ajustado da Companhia, excluindo os efeitos das provisões de manutenção de rodovias, encerrou o ano de 2010 em R\$ 50,7 milhões, ante R\$ 13,1 milhões em 2009, representando um aumento de 287,5%. Tal fato ocorreu principalmente pelo aumento da Receita de Pedágio, observando que todas as praças de pedágio operaram durante todo o ano de 2010, o que não ocorreu em 2009, pois à medida que as obras foram sendo concluídas, as praças entravam em operação, sendo que: P1, P2 e P5 iniciaram em fev09; P3 em mai09; e P4 em ago09.

Resultado Financeiro

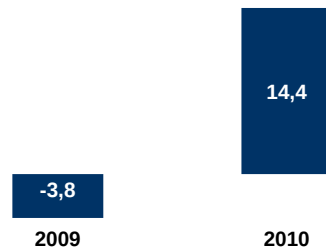
(R\$ milhares)

	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	6.247	1.153	441,8%
Despesas Financeiras	(21.613)	(13.991)	54,5%
Resultado Financeiro Líquido	(15.366)	(12.838)	19,7%

O Resultado Financeiro Líquido de 2010 foi de R\$ 15,3 milhões negativo, R\$ 2,5 milhões maior que em 2009. O principal fator de variação no resultado financeiro, especificamente no item de despesas financeiras, se deve ao fato de que durante todo o ano de 2010, foram contabilizados os juros do empréstimo Ponte do BNDES, o que não ocorreu em 2009, uma vez que as liberações do empréstimo ocorreram a partir do segundo semestre de 2009. Da mesma forma, a variação nas receitas financeiras se deve ao maior saldo de caixa aplicado.

Lucro Líquido

A Autopista Fluminense encerrou o exercício de 2010 com Lucro Líquido de R\$ 14,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 3,8 milhões em 2009. O principal fator que contribui para este resultado foi o aumento em Receitas de Pedágio, ocasionado pelo funcionamento pleno das praças de pedágio em 2010, frente à abertura gradual das mesmas ocorridas no decorrer de 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Lucro Líquido**
(R\$ milhões)**Endividamento**

A Autopista Fluminense encerrou o ano de 2010 com um endividamento de R\$ 140,1 milhões contra R\$ 131 milhões do ano de 2009. Esse aumento se deve principalmente a uma nova liberação de R\$ 9 milhões ocorrida em julho de 2010, do Empréstimo Ponte contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2010 em R\$ 80,1 milhões, apresentando um aumento de R\$ 19,2 milhões em relação ao volume de R\$ 60,9 milhões registrado no encerramento do exercício de 2009. Tal fato ocorre devido ao aumento no saldo do Empréstimo Ponte conforme mencionado no parágrafo acima e ao menor valor das disponibilidades de caixa em 2010, devido aos resgates de aplicações efetuados para fazer frente aos pagamentos de investimentos do período.

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2010 representava 1,6 vezes o EBITDA Ajustado.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2010, a Autopista Fluminense não pagou dividendos.

INVESTIMENTOS

Em 2010, foram realizados investimentos no ativo intangível no valor de R\$ 51,7 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se as obras de recuperação do pavimento do Contorno de Itaboraí, construção de passarelas e bases operacionais. Do montante investido, 71% foram para obras de recuperação da rodovia, 13% para obras de operação da rodovia (destaque para as bases operacionais) e 16% para obras de melhoria da rodovia (destaque para as passarelas).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RECURSOS HUMANOS**

Em 2010, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 6,9% em comparação a 2009, encerrando o ano de 2010 com 234 empregados.

Estamos atentos também ao controle do índice de rotatividade, que reduziu se comparado a 2009, e ainda é considerado bastante aceitável, pois refletiu o momento de implantação da operação, com o trabalho de busca e atração de profissionais e a conseqüente adequação da estrutura da empresa.

	2010	2009
Empregos Diretos	234	219
Rotatividade	2,10	5,13

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 77% de homens, contra 23% de mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 69,9% dos empregados. Destacamos que 22,3% possuem nível superior completo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Fluminense estabeleceu como um dos seus compromissos, o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Destacamos em 2010, a realização de etapas dos projetos Saúde Caminhoneiro, Projeto Viva Motociclista, Projeto Viva Ciclista, Projeto Passarela Viva e Projeto Viva Meio-Ambiente.

O Viva Meio-Ambiente 2010 contou com a participação de 14 escolas municipais sediadas nos municípios que são cortados pela rodovia, desde Niterói até Campos dos Goytacazes, que através da participação de seus educadores em atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, leva conhecimento e cidadania a mais de 6.000 alunos. Para 2011, outras cinco escolas vão aderir ao Projeto.

Pontualmente, a Autopista Fluminense lançou o Projeto BR 101 Solidária, que contou com a participação de colaboradores voluntários, e consistiu na arrecadação e entrega direta de alimentos, roupas, materiais de limpeza e de higiene pessoal, para doação às vítimas das fortes chuvas registradas nos municípios fluminenses de Niterói e São Gonçalo em abril de 2010, beneficiando aproximadamente 4.000 pessoas.

Promovendo a Cultura, através da lei de incentivos fiscais "Pronac", patrocinou o projeto denominado "Desvendando o Patrimônio Natural do Estado de São Paulo" (Título Provisório) da Restarq Arquitetura Restauração e Arte Ltda., com o aporte de R\$ 80 mil, e ao Esporte através do "Pró-Esporte" patrocinou o projeto denominado "Kimono de Ouro" da Associação Marcos Mercadante de Judô, aportando R\$ 20 mil.

Meio Ambiente

A Autopista Fluminense tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A companhia em 2010 consolidou a implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, baseado nas normas ISO 14001/2004, iniciada em 2009.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Gonçalo-RJ, 24 de março de 2011.

A Administração

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo
Diretor Superintendente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuna Gomez
Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia
Conselheiro

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101, foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. Até o fim do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$66.630, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

Notas Explicativas

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto na CVM foi concedido em 29 de março de 2010.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2010, os montantes de R\$ 635.500 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 378.573 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$21.024 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

(iii) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.

Notas Explicativas

- (iv) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 19.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Notas Explicativas

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na Nota explicativa nº 11, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes, a Sociedade não optou pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota explicativa nº 19.

Notas Explicativas

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo Circulante:			
Provisão para manutenção – nominal	29	-	-
Provisão para manutenção a valor presente	28	-	-
Efeito de ajuste a valor presente	1	-	-
Provisão para investimentos – nominal	7.297	3	77
Provisão para investimentos a valor presente	7.106	2	76
Efeito de ajuste a valor presente	191	1	1

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo não Circulante:			
Provisão para manutenção – nominal	6.966	2.091	-
Provisão para manutenção a valor presente	4.973	1.416	-
Efeito de ajuste a valor presente	1.993	675	-
Provisão para investimentos – nominal	4.078	11.375	11.378
Provisão para investimentos a valor presente	3.783	10.371	9.880
Efeito de ajuste a valor presente	295	1.004	1.498

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº 21.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na Nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por re-mensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08”, foi ratificado na versão revisada do CPC 43, aplicável somente para demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Notas ExplicativasEfeitos da adoção dos CPC no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
<u>CIRCULANTES</u>			
Total dos ativos circulantes	<u>2.880</u>	<u>-</u>	<u>2.880</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	163	163
Imobilizado	92.038	(90.654)	1.384
Intangível	121	100.132	100.253
Diferido	<u>25.354</u>	<u>-</u>	<u>25.354</u>
Total dos ativos não circulantes	117.513	9.641	127.154
TOTAL DOS ATIVOS	<u>120.393</u>	<u>9.641</u>	<u>130.034</u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CIRCULANTES</u>			
Empréstimos e financiamentos	182	-	182
Fornecedores	13.491	-	13.491
Transações com partes relacionadas	7.545	-	7.545
Obrigações sociais	782	-	782
Obrigações fiscais	1.671	-	1.671
Cauções contratuais	1.675	-	1.675
Taxa de fiscalização	222	-	222
Provisão para investimentos em rodovias	-	76	76
Outras contas a pagar	<u>440</u>	<u>-</u>	<u>440</u>
Total dos passivos circulantes	26.008	76	26.084
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Empréstimos e financiamentos	2.100	-	2.100
Transações com partes relacionadas	61.284	-	61.284
Provisão para investimentos em rodovias	<u>-</u>	<u>9.880</u>	<u>9.880</u>
Total dos passivos não circulantes	63.384	9.880	73.264
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	31.001	-	31.001
Prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>(315)</u>	<u>(315)</u>
Total do patrimônio líquido	31.001	(315)	30.686
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>120.393</u>	<u>9.641</u>	<u>130.034</u>

Notas ExplicativasEfeitos da adoção dos CPC no balanço de 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	<u>72.501</u>	<u>-</u>	<u>72.501</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.971	83	2.054
Imobilizado	173.506	(171.873)	1.633
Intangível	151	183.418	183.569
Diferido	<u>23.559</u>	<u>-</u>	<u>23.559</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>199.187</u>	<u>11.628</u>	<u>210.815</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>271.688</u>	<u>11.628</u>	<u>283.316</u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	1.885	-	1.885
Fornecedores	3.742	-	3.742
Transações com partes relacionadas	10.535	-	10.535
Obrigações sociais	1.550	-	1.550
Obrigações fiscais	1.502	-	1.502
Cauções contratuais	3.349	-	3.349
Taxa de fiscalização	242	-	242
Provisão para investimentos em rodovias	-	2	2
Outras contas a pagar	<u>668</u>	<u>-</u>	<u>668</u>
Total dos passivos circulantes	<u>23.473</u>	<u>2</u>	<u>23.475</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	129.116	-	129.116
Transações com partes relacionadas	60.000	-	60.000
Provisão para manutenção em rodovias	-	1.416	1.416
Provisão para investimentos em rodovias	<u>-</u>	<u>10.371</u>	<u>10.371</u>
Total do passivo não circulante	<u>189.116</u>	<u>11.787</u>	<u>200.903</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	63.001	-	63.001
Prejuízos acumulados	<u>(3.902)</u>	<u>(161)</u>	<u>(4.063)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>59.099</u>	<u>(161)</u>	<u>58.938</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>271.688</u>	<u>11.628</u>	<u>283.316</u>

Notas ExplicativasEfeitos da adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	<u>59.099</u>	<u>31.001</u>
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	2.329	-
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(185)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(1.376)	-
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(1.012)	(478)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	<u>83</u>	<u>163</u>
Total dos ajustes	<u>(161)</u>	<u>(315)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPC	<u>58.938</u>	<u>30.686</u>

Efeitos da adoção dos CPC no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos Ajustados</u>
RECEITAS			
Receitas de serviços	67.703	-	67.703
Receitas de obras	<u>-</u>	<u>84.870</u>	<u>84.870</u>
	67.703	84.870	152.573
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(6.514)</u>	<u>-</u>	<u>(6.514)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61.189	84.870	146.059
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo dos serviços prestados	(46.102)	768	(45.334)
Custo dos serviços de construção	<u>-</u>	<u>(84.870)</u>	<u>(84.870)</u>
LUCRO BRUTO	15.087	768	15.855
Despesas gerais e administrativas	(8.364)	-	(8.364)
Remuneração da Administração	(483)	-	(483)
Outras receitas operacionais líquidas	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>191</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.431	768	7.199
Receitas financeiras	1.153	-	1.153
Despesas financeiras	<u>(13.457)</u>	<u>(534)</u>	<u>(13.991)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(5.873)</u>	<u>234</u>	<u>(5.639)</u>
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	<u>1.971</u>	<u>(80)</u>	<u>1.891</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(3.902)</u>	<u>154</u>	<u>(3.748)</u>

Notas ExplicativasEfeitos da adoção dos CPC na demonstração do fluxo de caixa

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>12.585</u>	-	<u>12.585</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	<u>(98.521)</u>	-	<u>(98.521)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<u>153.595</u>	-	<u>153.595</u>

Notas sobre as reconciliações apresentadas acimaa) ICPC-01 e OCPC-05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa nº 3.4.

As disposições da ICPC-01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuído os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

A aplicação retrospectiva foi adotada para o contrato de concessão celebrado pela Sociedade.

Adicionalmente, o contrato de concessão da Sociedade está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e bancos	1.148	4.047	2.559
Aplicações financeiras (*)	<u>58.903</u>	<u>66.171</u>	-
	<u>60.051</u>	<u>70.218</u>	<u>2.559</u>

(*) Representadas por aplicações de liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário	36.365	66.171
Fundos de Investimentos	<u>22.538</u>	-
	<u>58.903</u>	<u>66.171</u>

Notas Explicativas**7. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas acessórias a receber	24	13
Pedágio eletrônico a receber	4.293	1.186
Cupons de pedágio a receber	408	363
Cartões de pedágio a receber	<u>69</u>	<u>125</u>
	<u>4.794</u>	<u>1.687</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	238	226	129
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35</u>
	<u>238</u>	<u>226</u>	<u>164</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social	100	-	-
IRRF sobre aplicações financeiras	18	165	152
IRRF sobre serviços de terceiros	6	4	5
Outros impostos a recuperar	<u>167</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>291</u>	<u>173</u>	<u>157</u>

Notas Explicativas**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais			
Prejuízo fiscal do exercício	-	(5.873)	-
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito esperado de impostos	-	1.997	-
Efeito de adições e exclusões	<u>-</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>
Crédito contabilizado	<u>1.971</u>	<u>1.971</u>	<u>-</u>
Saldo realizado no exercício	(1.971)	-	-
Saldo a realizar	-	1.971	-
Ajustes por mudança de práticas contábeis			
Mudança de critério da amortização de investimentos	4.329	2.329	-
Amortização de intangível de obras futuras	(472)	(185)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(4.788)	(1.376)	-
Resultado financeiro de AVP	(1.703)	(1.012)	(478)
Estorno de capitalização de juros	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(2.637)</u>	<u>(244)</u>	<u>(478)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do crédito constituído	<u>897</u>	<u>83</u>	<u>163</u>
Total do ativo não circulante	<u>897</u>	<u>2.054</u>	<u>163</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
2011	27	63	5
2012	28	64	5
2013	29	66	5
2014	30	68	5
Após 2014	<u>783</u>	<u>1.793</u>	<u>143</u>
	<u>897</u>	<u>2.054</u>	<u>163</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 01.01.2009	227	678	39	217	9	279	1.449
Adições	83	253	1	152	-	-	489
Transferências	450	(199)	36	(8)	-	(279)	-
Alienação/baixas	-	(61)	-	-	-	-	(61)
Saldo em 31.12.2009	<u>760</u>	<u>671</u>	<u>76</u>	<u>361</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>1.877</u>
Adições	<u>57</u>	<u>63</u>	<u>4</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>170</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>817</u>	<u>734</u>	<u>80</u>	<u>407</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>2.047</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01.01.2009	(11)	(26)	(2)	(25)	(1)	-	(65)
Depreciação	(43)	(67)	(9)	(59)	(1)	-	(179)
Saldo em 31.12.2009	<u>(54)</u>	<u>(93)</u>	<u>(11)</u>	<u>(84)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(244)</u>
Depreciação	<u>(78)</u>	<u>(109)</u>	<u>(7)</u>	<u>(79)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(274)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(132)</u>	<u>(202)</u>	<u>(18)</u>	<u>(163)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(518)</u>
Imobilizado líquido:							
Saldo em 01.01.2009	<u>216</u>	<u>652</u>	<u>37</u>	<u>192</u>	<u>8</u>	<u>279</u>	<u>1.384</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>706</u>	<u>578</u>	<u>65</u>	<u>277</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>1.633</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>685</u>	<u>532</u>	<u>62</u>	<u>244</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>
Taxas de depreciação- %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

12. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2009	9.554	137	86.965	3.613	100.269
Adições	38.217	61	41.420	6.164	85.862
Transferências	<u>125.282</u>	<u>3</u>	<u>(117.726)</u>	<u>(7.559)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>173.053</u>	<u>201</u>	<u>10.659</u>	<u>2.218</u>	<u>186.131</u>
Adições	43.525	28	11.188	1.204	55.945
Transferências	<u>1.873</u>	<u>-</u>	<u>(400)</u>	<u>(1.473)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>218.451</u>	<u>229</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>242.076</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2009	-	(16)	-	-	(16)
Amortização	<u>(2.512)</u>	<u>(34)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.546)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>(2.512)</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.562)</u>
Amortização	<u>(5.837)</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.881)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(8.349)</u>	<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.443)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 01.01.2009	<u>9.554</u>	<u>121</u>	<u>86.965</u>	<u>3.613</u>	<u>100.253</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>170.541</u>	<u>151</u>	<u>10.659</u>	<u>2.218</u>	<u>183.569</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>210.102</u>	<u>135</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>233.633</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

Notas Explicativas**13. DIFERIDO**

Estão representados por:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal/administradores	4.496	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
	25.354	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(4.330)</u>	<u>(1.795)</u>	<u>-</u>
	<u>21.024</u>	<u>23.559</u>	<u>25.354</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos Anuais	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo Circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	725	1.885	182
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>138.119</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>138.844</u>	<u>1.885</u>	<u>182</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	1.263	1.988	2.100
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>-</u>	<u>127.128</u>	<u>-</u>
		<u>1.263</u>	<u>129.116</u>	<u>2.100</u>

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos, materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas de modo a evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$7.577 (R\$3.742 em 31 de dezembro de 2009 e R\$13.491 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	485	-	-
Contribuição social	172	-	-
IRRF	254	104	188
Programa de Integração Social - PIS	68	58	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	314	267	-
Tributos federais retidos	534	404	689
Impostos sobre Serviços – ISS	<u>1.014</u>	<u>669</u>	<u>794</u>
	<u>2.841</u>	<u>1.502</u>	<u>1.671</u>

17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$2.842, R\$3.349 e R\$1.675.

Notas Explicativas**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.017	935	1.114
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	565	473	3.286
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2.815	1.824	3.145
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	42	314	-
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>13.154</u>	<u>6.989</u>	<u>-</u>
	<u>17.593</u>	<u>10.535</u>	<u>7.545</u>
Passivo não circulante:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>	<u>61.284</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL") (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor		
				<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.445	6.817	6.237
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.236	1.132	1.035
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.323	11.285	10.324
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.826	8.998	8.232
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	9.000	10.977	10.052	9.196
05/11/2008	Maio de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.295	6.680	6.111
27/11/2008	Maio de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.449	7.737	7.077
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.018	5.511	5.042
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>9.585</u>	<u>8.777</u>	<u>8.030</u>
			<u>60.000</u>	<u>73.154</u>	<u>66.989</u>	<u>61.284</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL").
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

Notas Explicativas

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade provisionou os montantes de R\$533 e R\$483, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são de R\$639 e R\$592, respectivamente. As metas são como seguem:

I. Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

19. PROVISÕES

19.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade possui processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindo do curso normal de suas operações, classificados como risco possível por seus advogados, para os quais ainda não foram constituídas provisões para contingências. Tais processos representam os montantes de R\$3.005 e R\$256, respectivamente em 31 de dezembro de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Notas Explicativas**19.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias**

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que para a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3. 4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 01.01.2009	-	76	-	9.880
Adições	-	-	1.416	494
Utilizações	-	(77)	-	-
Transferências	-	3	-	(3)
Saldo em 31.12.2009	-	2	1.416	10.371
Adições	28	-	3.557	516
Transferências	-	7.104	-	(7.104)
Saldo em 31.12.2010	<u>28</u>	<u>7.106</u>	<u>4.973</u>	<u>3.783</u>

20. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$253, R\$242 e R\$222, nas datas de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$63.001 e está representado por 63.001.003 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	63.001.000	100,00
Conselho de Administração	3	0,00
	<u>63.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas**b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos**Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	14.472
Prejuízos acumulados	<u>(4.063)</u>
Saldo a distribuir	10.409
Reserva legal de 5%	<u>(520)</u>
Base de cálculo	9.889
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
	<u>2.472</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício, no montante de R\$7.417, foi transferido para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na Nota explicativa nº2.

22. RECEITA

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	112.701	67.703
Receita de serviços de construção	54.839	84.870
Receitas acessórias	<u>191</u>	<u>181</u>
	<u>167.731</u>	<u>152.754</u>

Notas Explicativas

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita bruta	167.731	152.754
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(1.486)	(630)
ISSQN	(5.562)	(3.395)
PIS	(725)	(443)
COFINS	(3.346)	(2.046)
Receita líquida	<u>156.612</u>	<u>146.240</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Custos de construção	(54.839)	(84.870)
Com Pessoal	(7.774)	(6.399)
Serviços de terceiros	(14.747)	(13.400)
Depreciação / Amortização	(8.484)	(4.379)
Provisão para manutenção em rodovia	(3.413)	(1.376)
Conservação	(11.479)	(12.715)
Taxa de Fiscalização	(3.024)	(2.775)
Outros custos	(5.122)	(4.290)
	<u>(108.882)</u>	<u>(130.204)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com Pessoal	(4.006)	(3.555)
Serviços de terceiros	(2.925)	(3.177)
Depreciação/Amortização	(206)	(142)
Consumo	(337)	(332)
Transportes	(335)	(323)
Outras despesas	(746)	(835)
	<u>(8.555)</u>	<u>(8.364)</u>

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.223	1.147
Outras receitas	<u>24</u>	<u>6</u>
	<u>6.247</u>	<u>1.153</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(17.653)	(11.341)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(691)	(534)
Comissões	(2.324)	(1.597)
Outras despesas	<u>(945)</u>	<u>(519)</u>
	<u>(21.613)</u>	<u>(13.991)</u>

25. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	23.281	(5.639)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.915)	1.917
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	1.399	-
Efeitos de adições e exclusões	<u>(2.293)</u>	<u>(26)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(8.809)</u>	<u>1.891</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(8.224)	-
Diferidos	(585)	1.891

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa-aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	8.278	8.097

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,5%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	11.473	13.900	16.327

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$4.293 (R\$1.186 em 31 de dezembro de 2009), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros média ponderada % a.a.</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	8,60	139	78	18
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>723</u>	<u>723</u>	<u>535</u>
		<u>862</u>	<u>801</u>	<u>553</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros	8,96	3.945	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal		<u>136.676</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>140.621</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

28. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

Notas Explicativas

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
	Riscos de Engenharia	5.024
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	57.190

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A Autopista Fluminense, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a empresa responsável, desde 2008, pelos 320 quilômetros da rodovia BR-101/RJ, no trecho que atravessa o estado do Rio de Janeiro da divisa com o Estado do Espírito Santo até a ponte Presidente Costa e Silva (ponte Rio - Niterói), em Niterói. A concessão para administrar e conservar a BR-101 por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora entre as 13 apresentadas. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 2,3 bilhões durante sua vigência de 25 anos.

O trecho administrado

A BR-101/RJ liga as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Ela tem 320,1 quilômetros de extensão, sendo 261,2 em pista simples e 58,9 em pista dupla. Ela tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do País. É também relevante sob o ponto de vista econômico, conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Além disso, permite o acesso a uma região de importantes pólos turísticos, como Búzios e Cabo Frio. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades de Niterói, com tráfego médio diário anual de 25.000 veículos. O tráfego atual é composto por um expressivo volume de veículos comerciais, que chegam a alcançar até 55% do total em alguns trechos.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
São Gonçalo - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Fluminense S.A., essas práticas diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Gonçalo-RJ, 24 de março de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo
Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Gonçalo-RJ, 24 de março de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo
Diretor Superintendente